

América Latina e Caribe, potência global em biodiversidade

» SERGIO DÍAZ-GRANADOS

Presidente executivo do Banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF)

Neste exato momento, milhões de processos biológicos estão acontecendo ao nosso redor. As plantas nas casas, a vegetação em jardins e parques, as árvores nas florestas ou as espécies nas profundezas dos mares, rios e montanhas estão travando sua própria luta pela sobrevivência, em um processo evolutivo que remonta à origem dos tempos e que, hoje, está cada vez mais condicionado pela ação humana.

Esse espírito de regeneração contínua, de alianças simbióticas entre espécies, de impulsos naturais e recursivos, é o que a América Latina e o Caribe precisam apresentar na COP16 de Biodiversidade, em Cali, Colômbia, para evoluir na luta ambiental e ocuparem a posição de liderança global à qual estão destinados. A região abriga 60% da biodiversidade do planeta, 80% dos biomas do mundo e 30% dos recursos de água doce disponíveis, o que significa que temos muito a contribuir.

Nossos ecossistemas estratégicos são únicos e essenciais para manter o equilíbrio ambiental do planeta. Por meio de iniciativas de preservação dos Páramos, da Patagônia, do Caribe, das florestas de Tumbes no Chocó e Magdalena, da Mata Atlântica, do corredor biológico mesoamericano, dos manguezais, da Amazônia e da Corrente de Humboldt, entre outros, temos o potencial de replicar soluções de biodiversidade em todo o mundo. Por isso, na COP16, a América Latina e o Caribe devem reafirmar que são potências megabiodiversas e uma região de soluções.

Mas, para chegar a esse ponto, primeiro precisamos multiplicar as políticas públicas de preservação de nossos ecossistemas estratégicos. Todos os países da região ratificaram a Convenção sobre Diversidade Biológica (um acordo de 1993 que busca a conservação da biodiversidade), mas poucos apresentaram planos de ação para a proteção da diversidade biológica até 2030. Esses planos são um dos grandes marcos da COP15 de Kunming-Montreal, de 2022, em que foram estabelecidas 23 metas para deter e reverter a perda de biodiversidade até 2030, além de quatro objetivos para alcançar uma biodiversidade positiva em 2050.

A Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade das Partes sobre Diversidade Biológica (COP16) de Cali, na Colômbia, é um evento histórico para revisar os avanços dos planos de ação, mas também para abordar aspectos importantes, como o estabelecimento de um quadro equitativo e justo de acesso aos benefícios dos recursos genéticos ou a criação de um novo quadro de acompanhamento da mobilização comprometida de 200 bilhões de dólares até 2030.

Nesse sentido, precisaremos criar consensos para mobilizar mais fundos e implementar mecanismos financeiros inovadores, como a emissão de títulos verdes, a troca de dívida por natureza, seguros contra catástrofes ou certificados de biodiversidade. Um bom exemplo disso ocorreu, recentemente, com a maior conversão de dívida da história (um total de 1 bilhão de dólares) para a conservação de bacias hidrográficas em El Salvador, fruto do trabalho coordenado por várias instituições, como o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional



dos Estados Unidos (DFC), Catholic Relief Services (agência humanitária), Fundo de Investimento Ambiental de El Salvador (Fiaes), ArtCap Strategies (grupo de investimento).

Os bancos de desenvolvimento são cruciais para fornecer e mobilizar novos recursos financeiros, mas também para articular as agendas de desenvolvimento dos países a longo prazo. Se os bancos multilaterais tivessem mais capital, teriam o potencial de ser mais eficazes na multiplicação e mobilização de recursos, bem como em papéis anticíclicos.

A América Latina e o Caribe também devem dar voz aos jovens nos debates ambientais e promover a participação das comunidades afrodescendentes e povos indígenas, fomentando fórmulas para incluir os saberes ancestrais nas agendas climáticas, de sustentabilidade e biodiversidade. Essas vozes serão fundamentais para reafirmar nosso compromisso com a equidade, inclusão e justiça climática.

Para acelerar todos esses debates, o CAF leva à COP16 um espaço único com o Pavilhão "A biodiversidade nos une", para facilitar o

intercâmbio de experiências, unir esforços, explorar oportunidades de colaboração e aumentar a visibilidade das soluções oferecidas pelos países como um todo.

Em nosso pavilhão, também promovemos espaços de diálogo com instituições científicas, com o objetivo de ouvir a voz da ciência e contribuir para divulgar e implementar soluções baseadas na ciência. Nesse sentido, nos meses anteriores à COP16, convocamos mais de 20 instituições científicas internacionais para conscientizar sobre a importância dos dados, da ciência, da colaboração regional e da aplicação de métodos científicos para solucionar problemas associados à perda e restauração da biodiversidade.

A América Latina e o Caribe são uma região-chave para preservar a biodiversidade e a estabilidade ambiental do planeta, e, por isso, na COP16 de Cali precisamos promover nosso papel como potência mundial em biodiversidade. Só assim conseguiremos que nossa voz permeie os grandes debates ambientais que moldarão o desenvolvimento nas próximas décadas.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Os nove anos de Mariana

Nove anos depois do maior desastre ambiental do país, a situação das mais de 300 mil pessoas que perderam suas casas ou seu sustento, devido ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, segue em passo de "lesma manca" nos infundáveis e burocráticos labirintos da Justiça brasileira.

Naquela ocasião, cerca de 44 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro foram subitamente despejados nas cidades próximas, indo em direção à Bacia do Rio Doce, provocando o maior desastre ecológico que se tem notícia, destruindo praticamente todo o bioma do rio e deixando um rastro mortal de calamidades que se estenderam até a foz.

Oficialmente, 270 pessoas perderam a vida nos minutos seguintes ao desmoronamento da barragem. Muitos moradores dizem que esses números estão subdimensionados. De 2015 para cá, ações foram iniciadas, de lado a lado, sem que conseguissem chegar a um acordo final para a indenização das vítimas e para os reparos ambientais deixados de herança pelas mineradoras Samarco, controlada pela Vale e a BHP de origem inglesa.

Ao todo, 50 municípios foram severamente atingidos em Minas Gerais e no Espírito Santo. O que ocorre é o típico fenômeno nacional recorrente: nenhuma dessas vítimas tem status social e econômico necessários para fazer com que a roda da Justiça ande com mais presteza, pois todos sabemos que "justiça tardia, muitas vezes não é justiça".

Nesse caso que vai se estendendo por quase uma década, sabe-se que alguns desses reclamantes faleceram sem ver a cor da indenização e os efeitos da Justiça. Segundo estudos feitos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), as vítimas atingidas e expostas aos resíduos de ferro, silício e alumínio derramados em vastas áreas, mostram que a expectativa de vida desses moradores recuou, em média, cerca de dois anos e meio. Lembrando que os metais pesados provocam intoxicações que levam a alucinações, paralisia, alterações de pele entre outros seríssimos problemas de saúde e, muitas vezes, irreversíveis. Ao certo, não há como dimensionar os danos de um desastre dessa monta em relação às vidas humanas e ao meio ambiente. O que se tem são aproximações resultantes de uma sequência sem fim de negociações com essas mineradoras.

Para uma situação tão complexa, até mesmo uma fundação, de nome Renova, foi criada e, posteriormente, extinta. De negociação em negociação, de repactuação em repactuação, a novela trágica do rompimento da Barragem de Fundão segue, tanto aqui no Brasil quanto em Londres, sede da BHP Billiton. Lá, uma ação coletiva cobra uma indenização de R\$ 230 bilhões.

Por aqui, pelo mais recente acordo renegociado, está prevista uma indenização de R\$ 170 bilhões a serem pagos aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Essa última rodada caberá aos que ainda não foram contemplados com indenizações passadas, cerca de R\$ 35 mil aos moradores e R\$ 95 mil para os agricultores e pescadores atingidos. Além disso, as empresas terão que construir casas para aqueles moradores que perderam tudo.

É pouco, pelo sofrimento experimentado e por toda essa tragédia. Mas o que chama a atenção é que parte dessa indenização, cerca de R\$ 100 bilhões serão pagos aos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, serão parcelados ao longo de 20 anos. As compensações recuperações ambientais seguirão esse espaço de tempo.

Como sempre acontece nesses casos de atingidos por barragens em nosso país, ao longo dessas duas próximas décadas esses recursos vão dissolver-se pela ação da burocracia estadual, das pressões políticas, da corrupção e de outros fatores. Ao final, todos esses processos, assim como a lembrança dessa tragédia, serão engavetados, esquecidos em algum arquivo morto das repartições públicas.

A situação, como não poderia deixar de ser, escalou até o Supremo Tribunal Federal (STF). Em decisão monocrática, o ministro Flávio Dino impôs restrições aos municípios que contrataram escritórios de advocacia para resolução desse litígio no exterior, no caso, em Londres, onde esse tipo de decisão pode ser bem mais rápida do que na Justiça brasileira. Nesses nove anos, o imbróglio de Mariana segue seu curso. A decisão do ministro atendeu ao pedido do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Para os diretamente prejudicados com o rompimento da Barragem de Fundão, foi a morosidade da Justiça local que os empurrou em direção a ações judiciais em Londres, sede da BHP. Sobre o assunto, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso afirmou que, "seria muito ruim, que, em um acidente ocorrido no Brasil, a solução e decisão viesse da Justiça estrangeira". Ao que parece, existe um temor junto ao Ibram de que essas ações feitas pelos municípios brasileiros em Londres possam render indenizações muito superiores às obtidas no Brasil. De todo modo, fica patente que os atingidos por esse drama, não confiam na justiça brasileira.

» A frase que não foi pronunciada

"As histórias que não vivi".
Vítima de Brumadinho

» História de Brasília

Os prédios do Correio Braziliense e da TV-Brasília foram construídos em 109 dias, e as máquinas e o equipamento de transmissão foram instalados em tempo considerado tecnicamente impossível. (Publicada em 21/4/1962)

Vini Jr., a história o premiará

» JORGE SANTANA

Professor e doutor em história no Instituto Federal do Paraná, Campo Largo

A tarde daquela terça-feira (22/10/2024) terminou em festa para os amantes do futebol no Brasil. A partida pela Liga dos Campeões acabava de terminar, o Real Madrid triunfava sobre o Borussia Dortmund pelo placar de 5x2. E nada mais nada menos do que três gols do Vini Jr. A festa dos tupiniquins era menos pela vitória da equipe merengue de Madri, e mais pela atuação impecável e o hat-trick (3 gols na partida) do atacante brasileiro. Aquele baile configurava o atestado lavrado em cartório de que o menino de São Gonçalo levaria o prêmio de melhor jogador do mundo na semana seguinte, da revista *France Football*. Mas o prêmio não veio, ficou nas mãos do volante Rodri, do Manchester City.

Os prêmios são sempre os primeiros, nem sempre premiam os melhores. A tristeza é grande, pois quem acompanha o futebol sabe o quanto Vinicius Junior tem jogado bola, e bota bola nisso. Mas ele não se contenta em brilhar apenas dentro das quatro linhas, como também fora delas. Nos últimos três anos, o camisa 7 da Seleção Brasileira tem sido constantemente vítima de insultos racistas na Espanha. Desde gritos de macaco nos estádios, passando por insultos discriminatórios de jornalistas esportivos hispânicos e até um boneco alusivo ao jogador foi enforcado por torcedores em

uma avenida de Madri. Essa encenação racista remete aos bárbaros assassinatos contra os negros, promovidos por supremacistas brancos da Ku Klux Klan, na primeira metade do século 20, no sul dos Estados Unidos.

Em meio a toda essa violência racial, Vinicius não se calou, pelo contrário, tornou-se uma voz potente na luta contra o racismo no futebol, nos esportes e em todos os espaços. O jovem de apenas 24 anos denunciou a leniência da Liga (Campeonato espanhol de futebol), a conveniência dos dirigentes de futebol, a permissividade de parte da imprensa espanhola e ausência de punição para os criminosos racistas. E, como acontece com todos que se levantam contra as barbáries, recebeu muitas críticas, mesmo lutando por uma causa tão justa.

Não podemos afirmar categoricamente que a luta de Vini Jr. contra a discriminação racial foi o motivo de não ser premiado com a Bola de Ouro, mas as suspeitas são grandes. A história nos ensina que muitos atletas responsáveis por lutas justas acabaram punidos ou censurados. O boxeador americano Muhammad Ali era o melhor do mundo na década de 1960, mas também levantava sua voz contra a segregação racial em seu país. Ali se recusou a lutar no Exército do seu país na Guerra do Vietnã (1959-1976), afirmando: "Nenhum vietcongue me chamou

de crioulo, porque eu lutaria contra ele?". O resultado de tal audácia foi a prisão e a perda de todos os seus títulos mundiais.

Na década de 1980, até os líderes mais reacionários do mundo não ousavam defender o Apartheid publicamente, o regime de segregação racial da África do Sul. O mundo inteiro apoiava a luta contra o racismo liderada por Nelson Mandela. Apesar desse contexto favorável à luta dos negros sul-africanos, a France Football proibiu o jogador holandês Ruud Gullit, premiado como melhor do mundo em 1987, de fazer um discurso em homenagem ao líder negro sul-africano. Mas Gullit, um jogador negro, não deixou barato, distribuiu para todos os convidados o seu discurso em defesa da luta pelo fim do Apartheid e, ao receber a Bola de Ouro, agradeceu a Madiba (outro nome Mandela).

A história nos ensina que atletas como Muhammad Ali, Gullit e Vini Jr podem ser punidos em premiações, censurados em cerimônias ou até presos, como foi o boxeador norte-americano. Contudo, nenhuma dessas tentativas de cercar lutas justas apagou e muito menos apagará esses atletas insubmissos. A história sempre premiará seus nomes pelas conquistas esportivas, mas, sobretudo pelas lutas que travaram em defesa de causas justas.